

OS AÇORES NO SÉCULO XX um contributo para a sua História Militar

por
Luís Andrade *

Este trabalho visa, sobretudo, analisar o importante papel desempenhado pelo arquipélago dos Açores, no âmbito da política externa portuguesa, ao longo do século XX. Daremos, contudo, especial realce, aos períodos referentes à Segunda Guerra Mundial e ao pós-guerra na medida em que são, em nosso entender, aqueles que se revestiram de especial importância nos planos geopolítico e geoestratégico.

Através do estudo da historiografia portuguesa, designadamente na sua componente militar, não restam dúvidas de que o arquipélago dos Açores, ao longo dos séculos, tem prestado um inegável serviço não apenas ao país, como é evidente, mas também às potências ocidentais, nomeadamente à Grã-Bretanha e aos Estados Unidos da América assim como, de uma forma geral, à própria Aliança Atlântica após 1949.

Ao longo do primeiro conflito mundial, designadamente durante a sua primeira fase, as ilhas atlânticas portuguesas não representaram especial preocupação para o país devido ao facto de não se ter registado qualquer incidente nas suas proximidades¹. Nessa altura, o Governo português reconhece a sua incapacidade e a falta de meios materiais e humanos para fazer face a um eventual conflito que pusesse em risco as suas ilhas no Atlântico.

* Departamento de História, F.C.S., Universidade dos Açores.

¹ Veja-se o trabalho de António Telo, *Os Açores e o Controlo do Atlântico*, Edições Asa, Lisboa, 1993, p. 93.

A entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial, em 1916, não altera significativamente a situação. Nessa altura, a Grã-Bretanha informa o Governo português de que asseguraria unilateralmente a defesa dos portos portugueses não continentais. Parece também não suscitar qualquer dúvida que a própria entrada de Portugal naquele conflito mundial deveu-se ao facto de ser aliado da Grã-Bretanha². Por outro lado, os sistemas de alianças anteriores à Primeira Guerra Mundial foram postos em causa e até acusados de serem os responsáveis pelo alastramento do conflito. É, de igual modo, relevante referir que um dos motivos que está na base da entrada de Portugal no primeiro conflito mundial ao lado dos Aliados teve a ver com a disputa da representatividade internacional da Península Ibérica. Isto é, a entrada do nosso país na guerra, deveu-se, em grande medida, à dialéctica do relacionamento entre Portugal e a Espanha³. No entanto, a problemática colonial portuguesa não deixou de ser, também, um factor importante a ter em consideração no que concerne especificamente à entrada do nosso país naquele conflito.

De igual modo, a já referida posição de dependência de Portugal vis-à-vis a Inglaterra era por demais evidente. Até 1916, acentua-se a mudança nas relações da secular aliança : o seu centro deslocou-se de África para o Atlântico e a posição de dependência e subordinação é mais forte. Convém referir, neste contexto, que a Grã-Bretanha nunca poderia aceitar que as ilhas atlânticas portuguesas pudessem eventualmente cair nas mãos dos seus inimigos.

Esta questão tem a ver com a dialéctica entre o pequeno e o grande estado, nomeadamente quando se trata de países dotados de importância geoestratégica. Neste sentido, a nossa fraqueza face à Inglaterra era por demais evidente. Não podemos esquecer ainda a existência de uma aliança formal entre os dois estados que, através da História, apenas funcionou a favor da Inglaterra sem, na maioria das vezes, quaisquer contrapartidas para o nosso país. Portugal sempre foi importante para a Inglaterra na medida em que, tal como escreveu Lord Rothermere no *Daily Mail*, tem posições estratégicas que o tornam chave das comunicações marítimas da Inglaterra⁴.

² José Medeiros Ferreira, *Portugal na Conferência da Paz*, Quetzal Editores, Lisboa, 1992, p. 37.

³ *Ibid.*, p. 49.

⁴ Luis Andrade, *Neutralidade Colaborante - o caso de Portugal na Segunda Guerra Mundial*, Coingra, Ponta Delgada, 1993, p. 129.

Não podemos deixar de referir, acerca desta matéria, as teses defendidas por Alfred T. Mahan, entre outros, e que se revestem de uma importância vital para o mundo ocidental e atlântico, particularmente para os Estados Unidos da América⁵. As suas ideias influenciaram profundamente o pensamento e a conduta de Theodore Roosevelt, quer como Subsecretário da Marinha dos Estados Unidos da América, quer como, mais tarde, seu Presidente. Mahan analisou ainda, de uma forma exaustiva, a História marítima, designadamente o crescimento da influência global britânica, tendo chegado à conclusão de que o controlo dos mares, e especialmente de pontos de passagem estrategicamente importantes, era, de facto, crucial, a fim de que um país conseguisse atingir os seus principais objectivos e, desta forma, obter o estatuto de grande potência.

Foi exactamente com base nestes pressupostos de natureza geopolítica e geoestratégica que os Estados Unidos da América solicitaram ao Governo português facilidades de natureza militar nos Açores durante a Segunda Guerra Mundial. Acerca desta problemática, foi Walter Lippman quem, em Fevereiro de 1917, escreveu o seguinte : "A segurança do Atlântico é algo por que os Estados Unidos devem lutar. Porquê ? Porque nas duas costas do Oceano Atlântico cresceu uma profunda rede de interesses que contribui para unir o mundo ocidental. Se essa comunidade fosse destruída, dar-nos-íamos então conta daquilo que tínhamos perdido"⁶. Anos mais tarde, e já durante o último conflito mundial, Lippman acrescentaria o seguinte : " O Oceano Atlântico não é a fronteira entre a Europa e as Américas. É o mar interior de uma comunidade de nações aliadas umas às outras através da geografia, da História e da sua necessidade vital "⁷.

Ainda no que concerne aos Estados Unidos, foi a 15 de Abril de 1917, que o Ministro de Portugal em Washington, envia uma nota diplomática para Lisboa em que se faz uma primeira referência ao estabelecimento de uma base naval americana nos Açores. Aliás, já em Ponta Delgada, Roosevelt havia referido a importância deste arquipélago " a ponto de considerar o apoio concedido pela base naval de Ponta Delgada

⁵ Acerca deste assunto, veja-se o recente livro de Claude Raffestin, *Géopolitique et Histoire*, Editions Payot, Lausanne, 1995.

⁶ Citado por James Robert Huntley, *The NATO Story*, Manhattan Printing Company, New York, 1969, p. 15.

⁷ *Ibid.*

às forças aliadas mais importante do que a própria participação militar portuguesa no teatro europeu..."⁸. Ainda em declarações prestadas ao jornal micalense " República ", Roosevelt tinha afirmado que era devido à importância geoestratégica dos Açores que estes haviam prestado uma contribuição muito especial no que concerne ao transporte de tropas para o Velho Continente, tornando possível, desta forma, que o desfecho da guerra não se prolongasse⁹.

O que também é importante referir, neste contexto, é que enquanto Portugal participou na Primeira Guerra Mundial, a Espanha permaneceu neutral. O nosso país, ao combater ao lado das potências marítimas, deu provas de que a sua política externa estava ao lado dos Aliados, facto que nessa altura, como aliás, posteriormente, veio a ser extremamente importante para a definição das suas políticas externa e de defesa.

Os Açores e a Segunda Guerra Mundial

Após estes breves considerandos relativamente ao papel dos Açores durante o primeiro conflito mundial, cumpre-nos agora tecer algumas considerações acerca da sua função ao longo da Segunda Guerra Mundial.

Nesta perspectiva, entendemos ser importante começar por referir que, nas suas Memórias, George Kennan menciona que no que concerne especificamente à entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial, a pedido da Inglaterra, o nosso país fê-lo de imediato. Na sequência disto, escreveu ainda o seguinte, que passamos a citar " era claro que eles fariam o mesmo na Segunda Guerra Mundial se o pedido voltasse a ser formulado. No entanto, as autoridades portuguesas jamais o fariam a não ser que o pedido britânico fosse feito de uma forma inequívoca "¹⁰.

De 1939 a 1945, o arquipélago açoriano desempenhou talvez uma das suas mais importantes funções em termos estritamente geopolíticos e geoestratégicos. A tal ponto que , por mais de uma vez, esteve iminente a

⁸ " Franklin D. Roosevelt nos Açores durante a Primeira Guerra Mundial ", in *Diário de Notícias*, 15 de Dezembro de 1982, p.15.

⁹ Veja-se o trabalho do autor, *Os Açores, a Segunda Guerra Mundial e a NATO* , Impraçor, S.A., Ponta Delgada, 1992, pp. 49-50.

¹⁰ George F. Kennan, *Memoirs 1925-1950* , Pantheon Books, New York, 1967, p. 146. Veja-se, de igual modo, a obra do mesmo autor, *At a Century's Ending*, W.W. Norton and Company, New York, 1996.

sua ocupação militar tanto pelos Alemães como pelos Aliados. Por outro lado, os pressupostos básicos de natureza geopolítica e geoestratégica já anteriormente referenciados mantêm também toda a sua actualidade no decurso do último conflito mundial.

No que diz respeito concretamente à política externa, Portugal manteve, como é sabido, uma posição de neutralidade que, mais tarde, foi denominada de colaborante na medida em que o nosso país concedeu facilidades de natureza militar aos Aliados nos Açores, designadamente aos britânicos na ilha Terceira e, posteriormente, aos norte-americanos na ilha de Santa Maria.

No entanto, Oliveira Salazar adoptou uma perspectiva muito peculiar acerca desta matéria na medida em que entendia que apenas pelo facto de Portugal ter concedido aos Aliados facilidades militares nos Açores, em áreas perfeitamente definidas e delimitadas, como era o caso das Lajes na ilha Terceira, tal facto não implicava que no restante território nacional não se pudesse manter uma posição de estrita neutralidade.

Isto traduzia-se numa interpretação da neutralidade em termos exclusivamente geográficos. Isto é, apenas pelo facto de Portugal ter concedido aos Aliados algumas facilidades nos Açores, tal não implicava necessariamente que o restante território nacional perdesse o seu estatuto de neutralidade. É exactamente isto que está na base da adopção do termo colaborante à política externa portuguesa a partir de 1943. O então Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal não entendia que, ao adoptar-se tal política, o nosso país tivesse deixado de ser neutral, reconhecendo, todavia, a complexidade de tal problemática, tendo deixado a sua interpretação jurídica aos internacionalistas, como ele próprio, aliás, escreveu. Acerca desta questão, Marcello Caetano dá testemunho disso quando diz ter ouvido a Salazar várias vezes afirmar que o Direito era a mais preciosa arma de defesa para um país pequeno e fraco como Portugal, pelo que haveríamos de observar rigorosamente acordos, tratados e usos comuns e de, com coerência das nossas relações, nos mantermos inflexíveis nos nossos direitos e pontuais no cumprimento das nossas obrigações¹¹. É, pensamos nós, importante referir-se que no articulado da Convenção de Haia de 1907, designadamente nos seus artigos 5.º e 13.º, torna-se evidente que nenhum país, ao adoptar o estatuto de neutralidade

¹¹ Marcello Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, Edit. Verbo, Lisboa, 1977, p. 168.

perante um conflito, seja ele de que natureza for, pode conceder facilidades de natureza militar no seu território a qualquer beligerante. Portanto, a conclusão lógica e evidente que se pode tirar daqui é que Portugal não foi neutral do estrito ponto de vista da teoria da neutralidade e do Direito Internacional vigente nessa altura.

Mas, tendo em vista a contenção do expansionismo germânico na Europa, tanto a Grã-Bretanha como, mais tarde, os Estados Unidos da América, solicitaram a Portugal essas facilidades, solicitações essas que, a determinada altura, chegaram a ser manifestamente exageradas¹², pelo menos por parte da administração norte-americana.

Muito embora existisse uma aliança formal entre o nosso país e a Inglaterra, o mesmo não sucedia com a nação norte-americana. O que esteve na base do acordo entre o Governo Português e o Governo dos EUA foi, de facto, a província de Timor que havia sido ocupada por tropas japonesas em 1942. Contudo, é importante referir-se, neste contexto, que foram tropas aliadas (holandesas e australianas) que tomaram aquele território antes de os japoneses o terem feito, tendo colocado em perigo, obviamente, a neutralidade de Portugal nessa altura.

No que concerne à Inglaterra, este país invocou expressamente a Aliança luso-britânica e solicitou as facilidades que pretendia nos Açores na medida em que facilitariam as ligações marítimas entre o seu país e o exterior, designadamente através do Atlântico Norte. Como é sabido, a ameaça dos submarinos alemães era muito séria nessa altura e constituiu um factor da maior importância a ter em conta pelos Aliados.

Relativamente a este ponto, o Governo britânico publicou um trabalho no qual se refere que das mais de 30.000 vítimas da Marinha Mercante, cerca de 23.000 foram motivadas pelas acções dos submarinos alemães. Por outro lado, a maioria das perdas de navios, 69% do total, foi infligida por submarinos, os quais, nos 68 meses do conflito, afundaram 2.775 navios mercantes ingleses, aliados e neutros, cuja tonelagem total era da ordem das 14 milhões e meio de toneladas¹³. Com base no que foi

¹² Ver, por exemplo, o trabalho de Carlos Bessa, *A Libertação de Timor na II Guerra Mundial - Importância dos Açores para os interesses dos Estados Unidos - subsídios históricos*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1992, p. 47.

¹³ *The Battle of the Atlantic - The Official Account of the Fight against the U-Boats, 1939-1945*, Her Majesty's Stationery Office, London, 1946, pp. 6-8.

referido, podemos, de facto, constatar a necessidade de evitar que os Açores ficassem sob o controlo do inimigo. Para além disso, como na altura referiu o Embaixador português em Londres, a nossa vida dependia essencialmente do mar, o que significava que dependia da esquadra britânica que dominava o Atlântico e o Índico.

À Inglaterra interessava sobretudo que Portugal adoptasse uma neutralidade colaborante, como de facto veio a acontecer, e a Portugal, por outro lado, interessava-lhe, acima de tudo, que a Inglaterra continuasse a controlar os oceanos. É relevante mencionar-se que, também nessa altura, os Açores constituíam pedra essencial da neutralidade peninsular. No entanto, Oliveira Salazar entendia que a Alemanha, independentemente da posição portuguesa, devia obter algumas vantagens materiais resultantes da nossa neutralidade.

Para além deste aspecto, Portugal não tinha outra alternativa senão estar de bem " com os senhores do mar, estar ao lado de quem comanda o Atlântico ", como afirmou o Embaixador Armindo Monteiro. Este, no mesmo documento enviado a Salazar, escreveu ainda o seguinte : " Olhando o futuro à luz do que ficou dito, a acção política portuguesa no campo internacional, pelo menos na sua concepção e directrizes gerais, assume certa simplicidade. A História ensina e a experiência dos nossos dias confirma, como facto essencial, que os países fracos só têm independência real quando raro conjunto de circunstâncias coloca os seus interesses fora do campo de atracção das grandes potências; de ordinário, são irresistivelmente atraídos para estas por uma lei de gravitação social tão inelutável como a que rege os movimentos dos corpos celestes "14.

Ao lermos este extracto daquele documento, podemos, de facto, analisá-lo à luz da chamada " realpolitik " que, segundo alguns autores, teve a sua génese com Maquiavel no século XVI, e que, posteriormente, foi desenvolvida por Thomas Hobbes, Hans Morgenthau, Henry Kissinger, Raymond Aron e outros15.

¹⁴ *Dez Anos de Política Externa*, vol. VIII, Doc. n ° 1953, pp. 575-576.

¹⁵ Acerca desta matéria, veja-se, por exemplo, a obra editada por Kristen Renwick Monroe, *Contemporary Empirical Political Theory*, University of California Press, Berkeley and Los Angeles, California, 1997; Terence Ball, *Reappraising Political Theory*, Clarendon Press, Oxford, 1995 ; Ken Booth e Steve Smith (Edit.) *International Relations Theory Today*, The Pennsylvania State University Press, University Park, Pennsylvania, 1995.

Entendemos que essa teoria do realismo político mantem, em grande parte, a sua actualidade na medida em que as Relações Internacionais são fundamentalmente relações que assentam no poder. E, na maioria dos casos, quem detem esse poder é que alcança os seus objectivos. Por outro lado, e na sequência do que foi atrás referido, é comum que os aspectos de ordem moral e ética não sejam, muitas vezes, tidos na devida conta.

Como é evidente, a Segunda Guerra Mundial não fugiu a essa regra básica da " realpolitik ". Tratava-se de uma guerra global e existencial na qual o que mais interessava aos contendores não era apenas a sua sobrevivência mas aniquilar, por completo, se possível, o adversário.

Em todo este contexto, o arquipélago dos Açores desempenhou sempre um papel da maior importância e que voltou a verificar-se após o último conflito mundial na medida em que Portugal, independentemente de, nessa altura, não ser um país democrático, foi convidado a fazer parte de uma Organização internacional que é a Aliança Atlântica.

Os pressupostos básicos de natureza geopolítica e geoestratégica subjacentes à importância dos Açores foram os mesmos que se verificaram anos antes. Isto é, manteve-se a necessidade premente por parte dos Aliados de poderem dispor de um ponto de apoio a meio do Atlântico que lhes permitissem deslocar, o mais rapidamente possível, tropas e material de guerra para uma zona de conflito que poderia ser no norte de Africa, no Médio Oriente ou mesmo no chamado flanco sul da Aliança Atlântica.

Por outro lado, desde muito cedo que os dirigentes norte-americanos entenderam que a segurança do Atlântico era algo pelo qual os Estados Unidos deviam lutar. Walter Lippman fez referência àquilo que pode muito bem ter sido uma alusão ao que em 1949 veio a ser a Organização do Tratado do Atlântico Norte. Essa comunidade de nações livres em ambas as margens do Atlântico, veio, de facto, a ter lugar após a Segunda Guerra Mundial.

No entanto, não podemos esquecer que, desde o seu início como nação independente, os Estados Unidos tinham como um dos seus principais axiomas, no âmbito da política externa, o alheamento face aos problemas e conflitos europeus. Aliás, a doutrina de Monroe é sintomática disso mesmo. Isto é, evitar a todo o custo que as potências europeias se intromettessem nos assuntos internos americanos. Esta perspectiva da política externa por parte dos Estados Unidos da América manteve-se inalterada até à Segunda Guerra Mundial com Franklin Delano Roosevelt, independentemente daquele país ter entrado, tardiamente, na primeira guerra mundial.

Até ao segundo conflito mundial, os Estados Unidos da América dispunham dos recursos económicos e financeiros que preenchiam as condições para serem uma grande potência, mas não possuíam a filosofia indispensável para o serem, de facto. O sentimento neo-isolacionista norte-americano nunca desapareceu por completo, como ainda hoje em dia se pode facilmente verificar. O que se passou foi que após a Segunda Guerra Mundial, aquele país viu-se na necessidade de assumir as responsabilidades decorrentes do facto de ter ganho a guerra e de ter de trabalhar no sentido da preparação e da implementação de uma nova ordem internacional que se caracterizou, até à queda do Muro de Berlim, em Novembro de 1989, por ser bipolar em termos estratégico-militares.

Foi, de igual modo, no âmbito desta nova ordem internacional, consequência directa do ultimo conflito mundial, que Portugal, e designadamente os Açores, continuou a desempenhar um papel da maior relevância dos pontos de vista geopolítico e geoestratégico. Tal verificou-se, antes de mais, através do convite formulado a Portugal para ser membro fundador da Aliança Atlântica, em Abril de 1949. E o que esteve na base desse convite foi exactamente a importância geoestratégica dos Açores, como o demonstra claramente a documentação diplomática norte-americana dessa altura.

Os exemplos que consubstanciam essas afirmações são vários: desde o bloqueio de Berlim à guerra de Yom Kippur e à guerra do Golfo, verificou-se que o arquipélago dos Açores constituiu, de facto, uma peça importante no que concerne à projecção de poder por parte dos Estados Unidos da América para aquelas regiões do mundo.

Estes aspectos dão corpo à tese, defendida pelo professor Adriano Moreira, do poder funcional de Portugal. Como país pequeno que é, e com limitados recursos, a única forma do nosso país se poder afirmar no plano internacional é, na realidade, através do poder que lhe advem do seu posicionamento internacional e que lhe é concedido pelo alto valor estratégico das suas posições no mundo, designadamente do arquipélago dos Açores.

Após a implosão do império soviético, e dos seus satélites da Europa Oriental, verificou-se, mais uma vez, que a relevância estratégica dos Açores não apenas se manteve, mas, em alguns aspectos, aumentou mesmo.

Neste contexto, há que ter em atenção que o actual sistema internacional caracteriza-se essencialmente pela sua imprevisibilidade e, por conseguinte, será sempre muito útil aos Estados Unidos e à própria Aliança Atlântica, manterem um ponto de apoio no Atlântico Norte, que são os Açores. Por outro lado, não nos podemos esquecer que o funda-

mentalismo islâmico, por exemplo no Norte de África, constitui, ou pelo menos poderá vir a constituir, um elemento profundamente desestabilizador daquela parte do mundo com consequências para a Europa que ainda são difíceis de prever com alguma certeza. Há que fazer menção, de igual modo, aos nacionalismos que têm vindo a recrudescer, um pouco por todo o lado, e que tornam credível a tese anteriormente referenciada da grande imprevisibilidade da actual conjuntura internacional.

É lícito, pois, afirmar-se que o arquipélago açoriano foi sempre, ao longo dos séculos, um importante ponto estratégico que se revestiu de especial relevância para a potência marítima no contexto da sua dialéctica com a potência continental.

Os pressupostos que acabamos de referir consubstanciam, de uma forma inequívoca, essa importância geoestratégica e geopolítica, que esteve e está na base da política externa portuguesa desde há séculos.

A vertente euro-atlântica da política externa portuguesa não pode nem deve ser esquecida devido ao facto das relações transatlânticas se revestirem de uma especial importância nessa matéria¹⁶. Por outro lado ainda, as relações com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa devem ser fortalecidas assim como as nossas relações com o Brasil. Para além disso, defendemos uma maior aproximação entre as ilhas atlânticas lusófonas na medida em que entendemos ser importante fomentar, a vários níveis, essas mesmas relações.

Para terminar, diríamos que Portugal não pode apenas concentrar a sua atenção na União Europeia, sem tentar, de igual modo, e dentro das suas já conhecidas limitadas possibilidades, diversificar a sua política externa, na medida em que a União Europeia não pode ser o único centro das suas atenções. E é exactamente neste sentido que o arquipélago açoriano tem desempenhado uma importante função pois continua a ser aquilo que já foi designado por "essential link" (elo essencial) entre a Europa e os Estados Unidos da América. Como é evidente, tal facto contribuiu para o aumento dos potenciais riscos para o nosso país, designadamente durante a "guerra fria".

¹⁶ Veja-se, por exemplo, o livro editado por Gary L. Geipel e Robert A. Manning, *Rethinking the Transatlantic Partnership - Security and Economics in a New Era*, Hudson Institute e Progressive Policy Institute, Indianapolis, Indiana, 1996.